

# Cooperação entre prefeitura de Diadema e autoconstrutores: PROHAB autoconstrução (1983-1988)

*Cooperation between the municipal administration of Diadema and self-builders: PROHAB autoconstrução (1983–1988)*

usjt  
arq.urb

número 41 | abr - dez de 2026  
Recebido: 27/12/2023  
Aceito: 21/03/2026  
DOI: [10.37916/arq.urb.vi41.713](https://doi.org/10.37916/arq.urb.vi41.713)



Fabricia Zulin\*, Rafael Antonio Cunha Perrone\*\*, Luiz Hermínio Puntel de Oliveira\*\*\*

\*Universidade Estadual de Campinas, Brasil, [fabricia@unicamp.br](mailto:fabricia@unicamp.br)

\*\*Universidade Estadual de Campinas, Brasil, [racperrone@gmail.com](mailto:racperrone@gmail.com)

\*\*\*Universidade Estadual de Campinas, Brasil, [luzhpuntel@gmail.com](mailto:luzhpuntel@gmail.com)

---

## Palavras-chave:

Autoconstrução.  
Assistência técnica à habitação de interesse social.  
Políticas habitacionais.  
Cooperação.  
Produção social da moradia.

## Keywords:

Self-construction.  
Technical assistance for social housing.  
Housing policies.  
Cooperation.  
Social production of housing.

## Resumo

Este artigo analisa o PROHAB Autoconstrução (1983–1988), programa de assistência técnica à habitação de interesse social desenvolvido pela Prefeitura de Diadema (São Paulo, Brasil), com foco nas formas de cooperação estabelecidas entre técnicos municipais e população de baixa renda. A pesquisa adota abordagem qualitativa de caráter histórico-interpretativo, baseada na análise de documentos institucionais, projetos arquitetônicos, Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) e acervos técnicos, complementada por depoimentos de profissionais envolvidos. Os resultados evidenciam que o programa constituiu uma experiência pioneira de assistência técnica ao articular elaboração de projetos, acompanhamento de obras e mediação entre saber técnico e saber popular, superando práticas anteriores centradas no fornecimento de plantas padronizadas. Destaca-se a construção de uma atuação orientada pelo diálogo, pela troca de saberes e pelo reconhecimento das práticas dos moradores como parte do processo projetual, em uma abordagem de caráter formativo. Conclui-se que o PROHAB representou um momento relevante de consolidação de práticas cooperativas na produção da moradia, ao mesmo tempo em que sua trajetória evidencia os limites e desafios de institucionalização de políticas públicas contínuas de apoio à autoconstrução.

## Abstract

This article analyzes PROHAB Autoconstrução (1983–1988), a technical assistance program for social housing developed by the Municipal Administration of Diadema (São Paulo, Brazil), focusing on the forms of cooperation established between municipal technicians and self-builders. The research adopts a qualitative historical-interpretative approach, based on the analysis of institutional documents, architectural projects, Technical Responsibility Notes (ART), and technical archives, complemented by testimonies from involved professionals. The findings show that the program constituted a pioneering experience in technical assistance by integrating project design, construction supervision, and mediation between technical knowledge and local practices, surpassing previous approaches centered on standardized plans. Emphasis is placed on an approach oriented toward dialogue, knowledge exchange, and recognition of residents' practices as part of the design process, with a formative character. It is concluded that PROHAB represented a significant moment in consolidating cooperative practices in housing production, while its trajectory also reveals the limitations and challenges of institutionalizing continuous public support for self-built housing.

## 1. Introdução

O debate sobre a autoconstrução de moradias populares ocupa lugar central na compreensão da urbanização brasileira, especialmente em municípios que receberam intenso fluxo migratório e vivenciaram acelerado processo de urbanização ao longo da segunda metade do século XX. Em grande parte desses contextos, a produção da moradia e de extensas porções da própria cidade ocorreu predominantemente por iniciativa das famílias, muitas vezes como resposta à insuficiência ou ausência de políticas públicas capazes de garantir acesso à moradia formal e à infraestrutura urbana. Assim, a autoconstrução consolidou-se como um dos principais modos de produção do espaço urbano nas periferias brasileiras, frequentemente realizada sem apoio técnico adequado e em condições urbanísticas precárias, inseridas em um quadro mais amplo de desigualdade na produção do espaço urbano (MARICATO, 1982; 2000; BONDUKI, 1998; 2014).

Embora parte da literatura internacional interprete práticas de autoconstrução como expressão de autonomia e capacidade organizativa dos moradores — como argumenta TURNER (1976), para quem o controle direto das decisões habitacionais pode produzir soluções mais adequadas às necessidades locais do que modelos padronizados de produção estatal — essa autonomia não elimina o papel do Estado na provisão de infraestrutura, serviços básicos e condições legais para que esses processos se realizem com segurança e dignidade. Em contraponto, BURGESS (1982) aponta que a autoconstrução frequentemente se configura como resposta à ausência de políticas públicas estruturadas, podendo reproduzir precariedades socioespaciais quando não há suporte técnico e institucional.

No contexto brasileiro, autores como MARICATO (1982) e BONDUKI (1998; 2014) evidenciam que a autoconstrução nas periferias se desenvolveu em um quadro de profundas desigualdades e limitada atuação estatal, reforçando a importância de políticas que articulem assistência técnica, infraestrutura urbana e regularização fundiária.

O município de Diadema, localizado na Região Metropolitana de São Paulo, constitui um caso particularmente significativo nesse debate. Marcado por rápida expansão urbana e forte presença de loteamentos populares e assentamentos precários, o município desenvolveu, ao longo das décadas de 1970 e 1980, iniciativas pioneiras voltadas ao apoio técnico à produção habitacional de baixa renda (ZULIN, 2022).

Entre essas experiências, destaca-se o PROHAB Autoconstrução, programa implantado em 1983, que estruturou ações de assistência técnica à autoconstrução, atuando principalmente em lotes legalizados, com a perspectiva de, posteriormente, abranger também áreas de favelas. A iniciativa combinava orientação direta às famílias, elaboração de projetos e acompanhamento técnico, configurando uma experiência de cooperação entre poder público e população de baixa renda.

A análise aqui apresentada baseia-se na articulação de diferentes fontes, incluindo revisão documental, acervos técnicos pessoais e registros institucionais produzidos durante a implementação do programa, além de relatos de profissionais envolvidos na execução das ações. A partir desse conjunto, foi possível reconstruir o funcionamento do PROHAB Autoconstrução, mapear parcialmente a distribuição das assistências técnicas realizadas e compreender a dinâmica de cooperação estabelecida entre técnicos e autoconstrutores.

Além do levantamento empírico, o artigo dialoga com reflexões teóricas sobre cooperação técnica e produção social da moradia, especialmente aquelas inspiradas no pensamento de Paulo Freire (FREIRE, 2019), que influenciaram a atuação de parte da equipe técnica ao enfatizar o diálogo, a troca de conhecimentos e o reconhecimento da experiência dos próprios moradores no processo construtivo.

Nesse sentido, o artigo busca analisar o PROHAB Autoconstrução como uma experiência precursora de assistência técnica à habitação de interesse social, evidenciando seus limites, potencialidades e transformações no contexto das políticas urbanas municipais.

## 2. Metodologia

Este artigo adota uma abordagem qualitativa de caráter histórico-interpretativo para examinar o PROHAB Autoconstrução (1983–1988), com foco em sua implantação, funcionamento e nas formas de cooperação estabelecidas entre técnicos da Prefeitura de Diadema e autoconstrutores.

O estudo baseia-se em fontes documentais e institucionais, incluindo processos administrativos, projetos arquitetônicos e Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) do programa, consultados no Arquivo Geral da Prefeitura de Diadema, principalmente no período de 1983–1988, correspondente à implementação do PROHAB Autoconstrução, complementados por documentos de anos posteriores

quando relevantes para contextualizar a continuidade das práticas de cooperação e habitação popular. Relatos de técnicos, utilizados como apoio interpretativo e sem caráter de coleta sistemática, também contribuíram para a reconstrução das práticas e procedimentos adotados, o que permitiu compreender a atuação do poder público e os processos de mediação entre saber técnico e saber popular.

A análise seguiu princípios da pesquisa histórica e da interpretação crítica, articulando informações qualitativas e documentais com o objetivo de compreender a dinâmica de implementação do programa e a interação entre diferentes formas de conhecimento. O estudo não envolveu coleta direta com moradores ou outros participantes, baseando-se na experiência relatada pelos técnicos e nos registros presentes nos documentos de arquivo.

A interpretação foi orientada por referenciais críticos da produção habitacional popular, com destaque para FREIRE (2019), mobilizado como chave analítica para compreender as relações entre autonomia, cooperação e mediação técnica na produção da moradia. Esse referencial permite analisar não apenas a implementação do programa, mas também a continuidade e a transformação das práticas institucionais e comunitárias, com ênfase na articulação entre saber técnico e saber popular.

### **3. Antecedentes da política habitacional em Diadema**

#### **3.1. Transformações urbanas e crescimento populacional**

O município de Diadema localiza-se na região do Grande ABC, na porção sudoeste da Região Metropolitana de São Paulo. Com área territorial de 30,73 km<sup>2</sup> (IBGE, 2024) e população de 393.237 habitantes, apresenta densidade demográfica de 12.795,69 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2024; Censo 2022), figurando entre os mais densamente povoados do país. A região do Grande ABC assumiu relevância nacional a partir dos anos 1950, no contexto da segunda fase da industrialização brasileira, consolidando-se como importante polo industrial, com destaque para a implantação da indústria automobilística em municípios vizinhos, como São Bernardo do Campo.

Até meados da década de 1950, Diadema apresentava características predominantemente rurais, mantendo relativa distância dos processos mais intensos de industrialização da capital paulista. Esse quadro começou a se alterar a partir da inauguração da Rodovia Anchieta, no final da década de 1940, e, posteriormente, com a

emancipação do município em relação a São Bernardo do Campo, em 1959. A melhoria das conexões viárias e a proximidade com importantes polos industriais intensificaram os fluxos migratórios e impulsionaram o crescimento urbano (ZULIN, 2022), relativizando a caracterização do município como 'cidade-dormitório' (OJIMA et al., 2010).

A partir da década de 1970, com a implantação da Rodovia dos Imigrantes, iniciou-se uma nova fase de expansão urbana e industrial na região. O crescimento das atividades produtivas atraiu um grande contingente de trabalhadores migrantes em busca de emprego, ampliando a pressão sobre o mercado de terras e a demanda por moradia. No entanto, esse processo ocorreu sob fortes limitações institucionais e urbanísticas, marcadas pela escassez de áreas destinadas à habitação popular e pela ausência de instrumentos eficazes de planejamento urbano voltados à população de baixa renda (LOBO JÚNIOR, 2014).

Nesse contexto, multiplicaram-se loteamentos irregulares, ocupações informais e assentamentos precários. Nos anos 1980, aproximadamente um terço da população de Diadema vivia em uma das 128 favelas existentes no município (BALTRUISIS, 2007), evidenciando a profundidade do déficit habitacional e das desigualdades socioespaciais que caracterizaram a dinâmica de urbanização local.

#### **3.2. Experiências precursoras de assistência técnica à autoconstrução**

Desde as décadas de 1950 e 1960, o processo de expansão urbana de Diadema gerou uma crescente demanda da população de baixa renda por apoio técnico para construção de moradias em lotes populares. Levantamentos no Arquivo Geral da Prefeitura Municipal e documentos publicados indicam que, nesse período, havia um número significativo de requerimentos para aprovação de projetos de "casas populares", evidenciando a procura por serviços de elaboração ou fornecimento de plantas destinadas à autoconstrução (FINGERMAN, 1974; PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA, Arquivo Geral). Entre 1969 e 1973, dos 3.213 alvarás emitidos no município, 2.548 correspondiam a casas populares, representando cerca de 80% do total, o que evidencia a centralidade dessa forma de produção habitacional (FINGERMAN, 1974, p. 01).

O atendimento, conhecido como serviço de “planta popular”, consistia geralmente no fornecimento ou aprovação de projetos simplificados pela própria prefeitura, permitindo que famílias de baixa renda obtivessem o alvará necessário para iniciar suas construções. Essa prática foi favorecida por normas profissionais vigentes à época, como o Ato nº 6 do CREA-SP, de 1968, que dispensava a obrigatoriedade de responsabilidade técnica para moradias econômicas, autorizando a elaboração e aprovação de projetos pelas administrações municipais (CREA-SP, 1968).

Apesar de amplamente utilizado, esse modelo apresentava limitações. Em muitos casos, os projetos fornecidos eram padronizados e pouco relacionados às condições específicas dos terrenos ou às necessidades das famílias, funcionando sobretudo como instrumento administrativo para regularização das obras, e não como efetivo apoio técnico ao processo construtivo.

Nesse contexto, em 1973 foi criado o Programa de Casas Populares (PROCAP), iniciativa concebida pelo arquiteto Luis Fingerhann durante sua atuação na Prefeitura de Diadema. O programa funcionou por um período curto, até 1974, e surgiu ao observar a grande procura pelo serviço de planta popular e as dificuldades enfrentadas pelos autoconstrutores na execução de suas obras. O PROCAP buscava transformar essa prática administrativa em um processo mais amplo de orientação técnica e cooperação entre profissionais da prefeitura e moradores envolvidos na construção de suas casas (ZULIN; PERRONE, 2022).

As dificuldades enfrentadas pelos autoconstrutores incluíam problemas na implantação das edificações em terrenos com topografia acidentada, equívocos no planejamento das etapas construtivas e na aquisição de materiais. Muitas famílias acumulavam materiais de construção sem planejamento adequado ou iniciavam obras sem condições de executá-las corretamente, resultando frequentemente em construções precárias ou inacabadas. Para enfrentá-las, o PROCAP propôs uma metodologia baseada no diálogo com os moradores e na compreensão das condições econômicas e sociais de cada família, buscando orientar o processo construtivo de forma gradual e compatível com os recursos disponíveis. A abordagem valorizava o conhecimento popular e promovia a socialização do saber técnico no processo de produção da moradia (ZULIN; PERRONE, 2022).

Mudanças nas normas profissionais evidenciaram ainda mais os limites do modelo baseado apenas no fornecimento de projetos. Em 1979, o Ato nº 30 do CREA-SP

passou a exigir a efetiva direção profissional em todas as etapas da obra, restringindo a prática de fornecimento de plantas sem acompanhamento técnico (CREA-SP, 1979). Embora essa mudança buscasse garantir maior segurança nas construções, também ampliou as dificuldades enfrentadas por famílias sem recursos para contratar profissionais particulares, reforçando a necessidade de novas formas de apoio público à produção da moradia popular.

## Plantas populares serão gratuitas

A Prefeitura Municipal está aceitando inscrições para o Programa de Casas Populares que está sendo implantado em todo o Município. O programa, segundo informações do diretor de Planejamento da Prefeitura, Ricardo Trida, consiste no fornecimento de plantas populares, com todo o projeto de construção completo, e o acompanhamento da obra, desde o início até o final, por engenheiros da Prefeitura. Todo este trabalho será feito sem nenhum custo ao interessado, exceção feita à taxa do Conselho Regional de Engenharia e o requeri-

mento de entrada no Protocolo.

Os interessados em obter este benefício podem efetuar a sua inscrição no Departamento de Planejamento da Municipalidade, com o assistente social Gilvan Cursino da Silva, que atende todas as terças, quintas e sextas-feiras, a partir das 12h.

Os documentos necessários para inscrição são os seguintes: carteira profissional, carteira de identidade ou CIC, xerox da escritura ou contrato de compromisso de venda e compra do terreno, xerox do imposto predial. De posse

desta documentação os setores encarregados do programa farão um levantamento econômico social de cada caso em particular para determinar o tipo de residência adequada a cada família, sendo, então, sugerido o modelo ao interessado, que pode de imediato começar a construir a sua casa, contando com toda a assistência da Prefeitura. As casas deverão ter uma área em torno de 40 a 60 metros quadrados, esperando-se que mais de mil famílias possam ser beneficiadas este ano.

Justificando a aplicação do programa na cidade, o

prefeito Lauro Michels disse que “muitos de nossos habitantes possuem um pequeno terreno e por falta de condições econômicas deixam de construir uma moradia, pois os custos com engenheiros e orientação encarece ainda mais o custo da obra, o que leva o munícipe a construir clandestinamente e muitas vezes em condições inseguras. Com o presente projeto vamos eliminar estas despesas e ainda orientar a todos do início ao final da obra.

“Tudo será feito sem nenhum entrave burocrático”, finalizou o prefeito.

**Figura 1.** Anúncio do programa “PROCASA” veiculado no *Jornal do Planalto* (Diadema), às vésperas das eleições de 1982, destacando a oferta de assistência técnica e plantas populares. Fonte: Arquivo Geral da Prefeitura de Diadema.

Antes da implantação do PROHAB Autoconstrução, o governo municipal anterior, vinculado ao período final da ditadura militar, fez uma tentativa eleitoreira de retomar o serviço de apoio à autoconstrução. Às vésperas da eleição de 1982, o programa “PROCASA” prometia fornecer assistência técnica e plantas populares para famílias de baixa renda, como evidenciado em anúncios veiculados no *Jornal do Planalto* (1982), que enfatizavam essa oferta (Figura 1). Contudo, a iniciativa não dispunha de equipe suficiente — apenas um arquiteto e um assistente social — para atender à elevada demanda, resultando, mais uma vez, na simples distribuição de plantas, sem efetiva orientação ou acompanhamento das obras. Essa experiência evidencia tanto a centralidade da autoconstrução na cidade quanto os limites das iniciativas

assistencialistas e de caráter eleitoreiro, reforçando a necessidade de programas estruturados, como o PROHAB, voltados à construção de formas de cooperação entre técnicos e população (ZULIN, 2022).

### **3.3. Mudanças institucionais e nova agenda urbana**

A eleição da primeira administração municipal do Partido dos Trabalhadores (PT) em Diadema, em 1982, marcou uma inflexão significativa no planejamento urbano e nas políticas habitacionais locais. Esse momento ocorreu em um contexto de rápida expansão urbana, elevada precariedade habitacional e crescente demanda por serviços públicos. Grande parte da população vivia em loteamentos populares ou assentamentos informais, frequentemente sem infraestrutura adequada e em condições precárias de habitabilidade.

Nos primeiros anos da gestão, as prioridades concentraram-se na ampliação do acesso à infraestrutura urbana e aos serviços básicos, como saneamento, pavimentação, drenagem e implantação de equipamentos sociais em áreas populares. A provisão direta de moradias pelo poder público era limitada pela escassez de recursos financeiros e pela reduzida disponibilidade de áreas urbanizadas destinadas à habitação social (ZULIN, 2022).

Diante dessas limitações, a administração municipal buscou estratégias voltadas ao apoio às formas já existentes de produção da moradia popular. Entre essas iniciativas destacaram-se programas pioneiros de urbanização de favelas e ações de assistência técnica à autoconstrução, que visavam melhorar a habitabilidade das famílias de baixa renda e fortalecer a cooperação entre poder público e população (ZULIN, 2022).

Essas ações integravam uma abordagem progressista de gestão urbana, articulando intervenção pública, participação comunitária e reconhecimento das práticas populares de produção da cidade. Nesse contexto, tornou-se possível o desenvolvimento de programas municipais estruturados de apoio técnico à produção habitacional popular, entre os quais se destaca o PROHAB Autoconstrução, implantado em 1983 pela Prefeitura de Diadema (PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA, Processo nº 3224/1984).

O PROHAB insere-se em um momento de redefinição das políticas habitacionais municipais, marcado pela busca de alternativas à provisão direta de moradias,

limitada por restrições financeiras e escassez de terrenos urbanizados. Mais do que uma ação isolada, o programa representou a qualificação técnica de processos já existentes de autoconstrução, reconhecendo sua centralidade na produção da moradia popular. Ao articular assistência técnica e aproximação com os moradores, o PROHAB configurou-se como experiência pioneira no campo da assistência técnica à habitação de interesse social no Brasil, antecipando práticas que seriam institucionalizadas em períodos posteriores.

Nesse sentido, o programa representou uma mudança de paradigma: em vez de substituir os processos de autoconstrução existentes por modelos padronizados, buscou qualificá-los, valorizando o conhecimento popular e promovendo a cooperação técnica entre profissionais da prefeitura e famílias. A partir desse enquadramento, torna-se possível examinar, nas seções seguintes, a estrutura, o funcionamento e as práticas desenvolvidas no âmbito do PROHAB Autoconstrução.

### **4. O PROHAB Autoconstrução: estrutura institucional e equipe técnica**

A implementação do PROHAB Autoconstrução esteve vinculada à estrutura administrativa da Prefeitura de Diadema no contexto da primeira gestão municipal do Partido dos Trabalhadores (PT) no país, inserindo-se em um momento de experimentação política e institucional marcado pela tentativa de traduzir, em âmbito local, diretrizes e princípios defendidos pelo partido em escala nacional. Esse processo não se deu de forma homogênea, sendo atravessado por tensões entre diferentes interpretações e práticas políticas no interior da própria administração municipal, o que se refletiu na condução de programas urbanos e na permanência de parte da equipe técnica ao longo da gestão (KECK, 2010; LOBO JÚNIOR, 2014).

A composição da equipe técnica refletia a articulação entre diferentes trajetórias profissionais, reunindo tanto técnicos já vinculados à administração municipal quanto especialistas convidados para funções estratégicas. No âmbito do Departamento de Planejamento, dirigido pelo economista Amir Antônio Khair, foram incorporados profissionais com experiência em políticas urbanas e habitacionais. Destacam-se o retorno do arquiteto Luis Fingermann, responsável pela coordenação dos programas de urbanização de favelas, e a arquiteta Berthelina A. Costa, à frente do PROHAB Autoconstrução. Também integraram a equipe técnicos já atuantes na

Prefeitura, como Maria Luiza Zaragoza Gagliardi e Luiz H. Puntel de Oliveira, evidenciando a articulação entre diferentes setores da administração municipal e a organização institucional do programa.

Entre a década de 1970 e o início dos anos 1980, o município passou por uma transformação significativa em seu padrão de ocupação urbana, marcada pela rápida e contínua expansão de assentamentos precários. Enquanto até 1968 havia apenas duas favelas em Diadema, esse número atingiu 31 em 1977 e chegou a 128 em 1982 (BALTRUSIS, 2007), evidenciando o agravamento das condições habitacionais.

Nesse contexto, o PROHAB Autoconstrução foi concebido com a possibilidade de atuação tanto em loteamentos regulares quanto em áreas de favela (PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA, Processo nº 3224/1984). No entanto, sua implementação concentrou-se predominantemente em lotes legalizados, uma vez que, naquele momento, os programas de urbanização de favelas estavam voltados prioritariamente à organização comunitária e à definição de parâmetros urbanísticos básicos, como o traçado de vias, a implantação de redes de infraestrutura e a reorganização dos lotes (ZULIN; PERRONE, 2025).

Esse enfoque inicial das intervenções em favelas, centrado na estruturação urbana e na construção de processos participativos, é analisado de forma mais detalhada por Zulin e Perrone (2025) e por Piqui (2026), que discutem essas experiências como parte de um movimento cooperativo voltado à consolidação de direitos urbanos e à construção de formas participativas de gestão do território.

Dessa forma, a assistência técnica à construção habitacional, embora reconhecida como necessária, ainda não ocupava posição central nas intervenções em favelas naquele período. A atuação do PROHAB concentrou-se, portanto, no atendimento a famílias residentes em loteamentos populares que, embora em situação juridicamente mais regular, também enfrentavam limitações significativas no processo construtivo.

Diadema configurava-se, nesse período, como uma cidade predominantemente residencial, fortemente dependente dos municípios vizinhos para a oferta de empregos, especialmente no setor industrial. A população era majoritariamente composta por trabalhadores assalariados, muitos vinculados ao setor metalúrgico na região

do ABC paulista. Apesar da relativa inserção no mercado de trabalho formal e, em muitos casos, da posse de lotes urbanizados, as condições de habitabilidade eram frequentemente precárias, refletindo a ausência de orientação técnica e de infraestrutura adequada nos processos de autoconstrução (ZULIN, 2022).

A priorização exclusiva da atuação do PROHAB em áreas de favela implicaria desassistir as famílias residentes em loteamentos populares, que também demandavam suporte técnico para a construção de suas moradias. Nesse sentido, a estratégia adotada pela Prefeitura buscou equilibrar o atendimento a diferentes frentes da questão habitacional, articulando, de um lado, o apoio à autoconstrução em loteamentos regulares e, de outro, as ações de urbanização de favelas.

Havia, entre os técnicos envolvidos, o entendimento de que a experiência acumulada no PROHAB Autoconstrução constituiria um repertório importante para futuras intervenções em áreas de favela. Considerava-se que a consolidação progressiva desses assentamentos, com a substituição de moradias precárias por construções em alvenaria, demandaria, em algum momento, a ampliação da atuação pública no campo da assistência técnica à autoconstrução.

#### **4.1. Referenciais teóricos e conceituais do PROHAB Autoconstrução**

A concepção do PROHAB Autoconstrução partiu de um acúmulo prévio de experiências institucionais, especialmente aquelas desenvolvidas no âmbito do PROCAP (1973), no qual já se identificava uma elevada demanda por alvarás de construção para habitações populares. Essa demanda, no entanto, estava frequentemente mais associada ao cumprimento de exigências legais e burocráticas do que à busca por apoio técnico efetivo durante o processo construtivo.

Nesse contexto, o programa foi estruturado a partir de referenciais teóricos voltados à superação da lógica tradicional de assistência, incorporando princípios baseados no diálogo, na troca de saberes e na valorização da experiência dos moradores. Destaca-se, nesse sentido, a influência do pensamento de Paulo Freire (2019), especialmente no que se refere à construção de processos horizontais de aprendizagem e à recusa de relações hierárquicas entre técnicos e população.

Em consonância com essa perspectiva, o processo educativo é compreendido como prática dialógica, na qual educador e educando se constituem mutuamente como sujeitos do conhecimento, uma vez que “desta maneira, o educador já não é o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa” (FREIRE, 2019, p. 95-96).

Essa abordagem implica o reconhecimento do autoconstrutor como agente central no processo de produção da moradia, afastando a compreensão do programa como uma forma de assistencialismo. Ao contrário, trata-se de uma atuação baseada na cooperação, na qual o conhecimento técnico não é imposto, mas construído em conjunto com os moradores.

Essa crítica à noção de assistência aproxima-se das reflexões de Louis-Joseph Le-bret, que questiona a relação hierárquica implícita na ideia de “assistência técnica”, propondo, em seu lugar, a noção de cooperação como prática mais adequada às relações sociais que se pretende construir (ANGELO, 2013).

Do mesmo modo, a perspectiva freireana rejeita a concepção “bancária” da educação, entendida como um processo de transmissão unilateral de conhecimento, no qual o saber é depositado nos sujeitos considerados “vazios”. Em oposição a essa lógica, a proposta do PROHAB aproxima-se de uma prática baseada na práxis, compreendida como ação e reflexão conjunta sobre a realidade, orientada à sua transformação (FREIRE, 2019).

Ainda que não tenham sido formalmente institucionalizadas, houve iniciativas de aproximação entre a equipe técnica municipal e o pensamento freireano, indicando a preocupação em preparar os profissionais para uma atuação pautada pelo diálogo e pela construção compartilhada do conhecimento. Essas aproximações contribuíram para a incorporação de práticas mais sensíveis às diferenças sociais e culturais entre técnicos e população atendida.

Nesse contexto, destaca-se também a importância atribuída à comunicação no processo de assessoria técnica. A necessidade de evitar o uso excessivo de linguagem técnica — frequentemente inacessível à população — levou à adoção de estratégias que buscavam aproximar o vocabulário profissional do cotidiano dos moradores.

Entre essas iniciativas, pode-se mencionar a elaboração de glossários com termos correntes da construção civil, utilizados como ferramenta de mediação e entendimento mútuo no processo de projeto e obra, evidenciando o esforço de tradução entre saber técnico e saber popular (Figura 2).

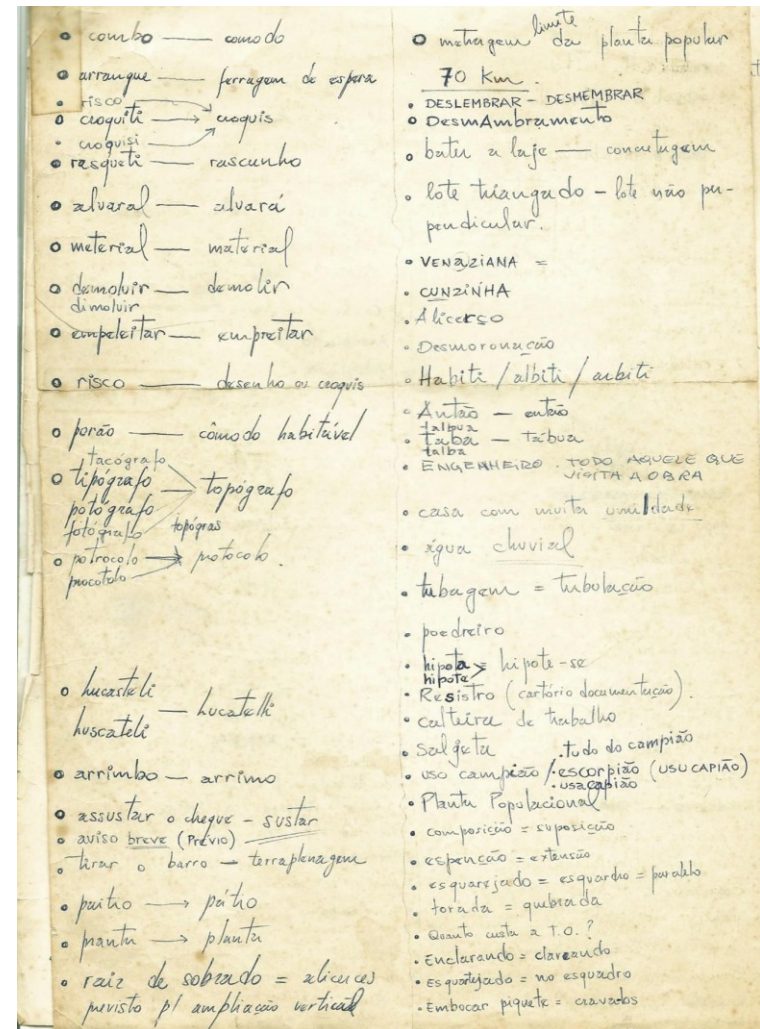


Figura 2. Glossário de termos da construção civil elaborado pelo arquiteto Luiz H. Puntel de Oliveira como instrumento de mediação entre linguagem técnica e popular. Fonte: Acervo pessoal de Luiz H. Puntel de Oliveira.

Dessa forma, os referenciais teóricos do PROHAB Autoconstrução revelam uma base conceitual orientada à valorização da autonomia dos sujeitos, à construção coletiva do conhecimento e à superação de práticas assistencialistas, configurando um campo de atuação no qual técnica, pedagogia e política se articulam de maneira indissociável.

## **4.2. Funcionamento e dinâmica do atendimento**

O funcionamento do PROHAB Autoconstrução estruturava-se como um serviço público de assistência técnica voltado a famílias de baixa renda que não possuíam condições de contratar profissionais para elaboração de projetos e acompanhamento de obras. Diferentemente das assessorias vinculadas a movimentos sociais e mutirões, o programa atendia predominantemente famílias de forma individualizada, mantendo como princípio a construção de uma relação cooperativa entre técnicos e autoconstrutores (COSTA, 2011).

O acesso ao programa iniciava-se por meio de uma triagem socioeconômica conduzida por assistentes sociais, que verificavam o enquadramento da família nos critérios estabelecidos, como renda e posse de único imóvel no município. Uma vez aprovado, o atendimento técnico era iniciado com base em um conjunto de tipologias habitacionais previamente desenvolvidas, que funcionavam como suporte inicial para o diálogo com os moradores (PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA, Processo nº 3224/1984).

A partir desse primeiro contato, o projeto era progressivamente ajustado às necessidades específicas de cada família, considerando suas condições financeiras, expectativas e características do lote. Esse processo marcava um afastamento das práticas de simples fornecimento de “plantas populares”, configurando-se como uma construção compartilhada do projeto. Em muitos casos, soluções não executadas de imediato eram incorporadas como possibilidades futuras, evidenciando a compreensão da moradia como processo incremental.

Além da definição do projeto, o atendimento envolvia a mediação de situações relacionadas à implantação no lote, frequentemente marcadas por irregularidades, mesmo em áreas formalizadas. Questões como conflitos de divisas, ausência de referências físicas e interferências no sistema viário exigiam a atuação articulada entre diferentes setores da Prefeitura, como topografia e cartografia. Essas

situações evidenciam a complexidade do processo e a necessidade de constante mediação entre norma urbanística e realidade construída.

A atuação técnica estendia-se também ao acompanhamento das obras, por meio de visitas periódicas e orientação direta aos autoconstrutores. Esse acompanhamento incluía desde a locação da edificação no lote até recomendações construtivas relacionadas à segurança e à adequação técnica. Era comum o atendimento a situações em que a obra já havia sido iniciada sem orientação técnica, o que exigia adaptações constantes e ampliava a complexidade do trabalho. Nesse processo, a responsabilidade técnica era formalizada por meio da emissão de Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), implicando elevado grau de comprometimento dos profissionais envolvidos.

Paralelamente, o programa incorporava iniciativas voltadas à difusão de conhecimento técnico, como a elaboração de cartilhas, a realização de reuniões com moradores e propostas de capacitação em canteiro de obras. Essas ações buscavam ampliar a autonomia dos autoconstrutores e promover a troca de saberes entre técnicos e população, em consonância com os princípios do programa.

No plano institucional, o PROHAB desempenhava ainda papel relevante na viabilização da regularização das edificações, atuando como mediador entre os moradores e os órgãos responsáveis pela aprovação de projetos e emissão de documentação, como o “habite-se” (PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA, Processo nº 3224/1984).

De modo geral, o funcionamento do PROHAB Autoconstrução articulava dimensões técnicas, sociais e pedagógicas, configurando-se não apenas como um serviço de elaboração de projetos, mas como um processo contínuo de mediação entre conhecimento técnico e práticas construtivas populares, valorizando o autoconstrutor como agente central da produção habitacional.

## **4.3. Práticas projetuais e processo de autoconstrução**

As práticas projetuais desenvolvidas no âmbito do PROHAB Autoconstrução estavam condicionadas a limites técnicos e institucionais que influenciavam diretamente as soluções adotadas. Entre esses, destacava-se a consideração de parâmetros relacionados à área construída, frequentemente associada a benefícios fiscais, como a isenção de tributos para habitações econômicas de até aproximadamente

70 m<sup>2</sup>, orientando a equipe técnica na definição das propostas e das possibilidades de expansão futura.

O levantamento topográfico fornecia o perfil do lote, permitindo o desenvolvimento de projetos específicos para cada situação. A implantação em patamares era a solução mais recomendada pela equipe, sendo frequentemente adotada junto com a solução do “caixão perdido”— solução que dispensa a execução de muros de arrimo e consiste na manutenção do talude natural do terreno, formando um volume vazio sob a edificação. Essa alternativa era considerada mais adequada e econômica do que a execução de muros de arrimo com aterro pouco compactado. Os espaços resultantes dessa solução eram posteriormente apropriados como áreas de uso auxiliar, dando origem ao chamado “porãozinho”.

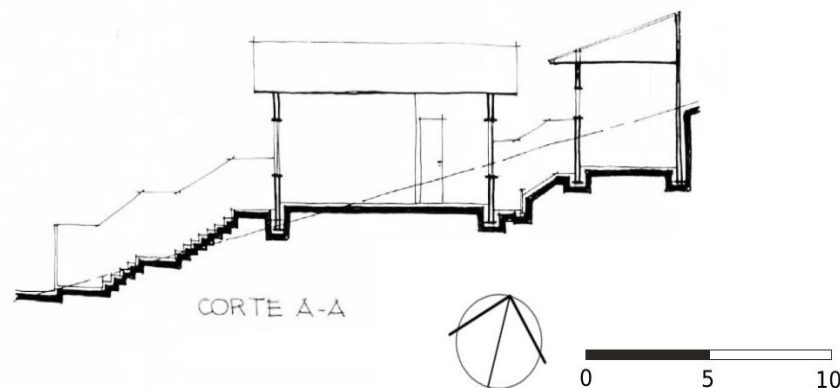
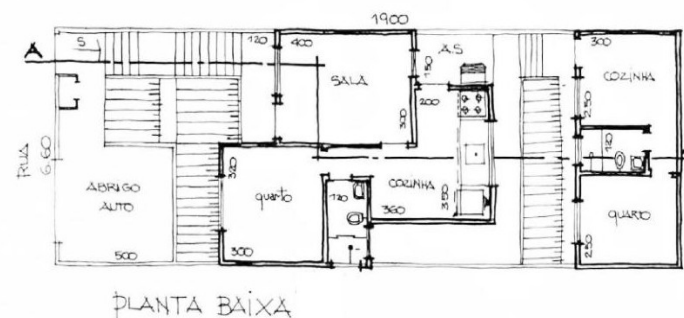
Uma referência importante da época foi a chamada “casinha”, protótipo construído na década de 1970 no âmbito do PROCAP, que serviu como modelo para a implantação e o dimensionamento das unidades habitacionais do PROHAB. Posteriormente, a edificação passou a abrigar a sede do programa, favorecendo a compreensão das soluções projetuais pelas famílias (Figura 3).



**Figura 3.** Casa-modelo do PROCAP, utilizada como referência projetual pelo PROHAB Autoconstrução. Fonte: Arquivo Geral da Prefeitura de Diadema (PMD).

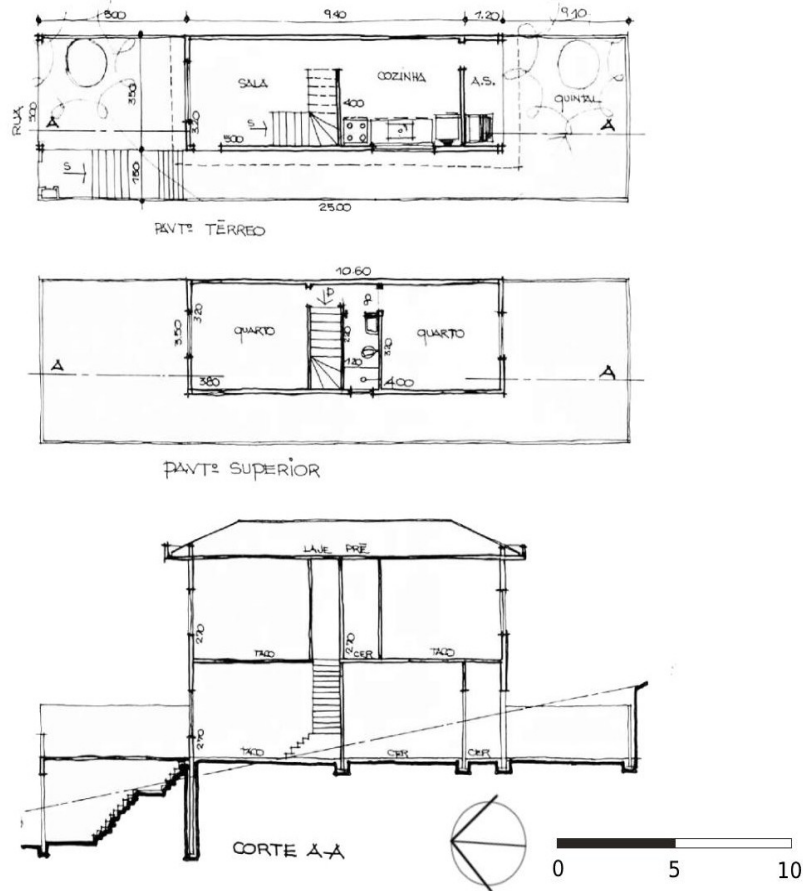
**Fabricia Zulin, Rafael Antonio Cunha Perrone e Luiz Herminio Puntel de Oliveira**  
Cooperação entre prefeitura de diadema e autoconstrutores: PROHAB autoconstrução (1983-1988)

A garagem passou a ser uma demanda frequente, de modo que dificilmente os projetos apresentavam toda a frente ajardinada, como ocorria em alguns projetos dos anos 1970 do PROCAP. O primeiro patamar passou a ser geralmente destinado à implantação da garagem. É válido mencionar que nem todas as famílias aceitavam a patamarização; algumas preferiam planificar o terreno, o que resultava em problemas de muros de arrimo e residências semienterradas, com iluminação e ventilação limitadas, evidenciando que, apesar do diálogo, havia limites e conflitos a serem negociados.



**Figura 4.** Modelo de casa com 70 m<sup>2</sup> em lote de 125,40 m<sup>2</sup>, evidenciando a presença de duas pequenas unidades habitacionais no mesmo lote, com duas cozinhas — uma no fundo e outra na porção central —, indicando a adaptação às necessidades familiares e a manutenção de construções preexistentes. Fonte: Arquivo Geral da Prefeitura de Diadema (PMD).

A organização espacial das habitações refletia a dinâmica familiar e as condições concretas de ocupação dos lotes. Em alguns projetos, identificava-se a proposta de duas pequenas unidades habitacionais em um mesmo lote, evidenciada pela presença de duas cozinhas. Essa configuração atendia tanto a necessidades internas de uma mesma família quanto à manutenção de construções preexistentes, geralmente localizadas no fundo do terreno, com novas unidades implantadas na porção livre (Figura 4).



**Figura 5.** Modelo de casa com 70 m<sup>2</sup> em lote de 125 m<sup>2</sup>, ilustrando a tipologia conhecida como “raiz de sobrado”: o primeiro pavimento é executado e ocupado, enquanto a laje é dimensionada para permitir a construção futura do segundo pavimento, evidenciando a lógica incremental da autoconstrução. Fonte: Arquivo Geral da Prefeitura de Diadema (PMD).

A tipologia conhecida como “raiz de sobrado” exemplifica a lógica incremental da autoconstrução. Muitas famílias, na urgência de se verem livres do aluguel ou por outros motivos, solicitavam o projeto de um sobrado com área construída de até 70 m<sup>2</sup>, mas executavam apenas o primeiro pavimento (térreo), passando a ocupá-lo imediatamente. O vão na laje destinado à escada e ao futuro acesso ao segundo pavimento — a ser construído posteriormente, conforme a disponibilidade de recursos — era fechado provisoriamente com telhas ou concreto de menor resistência, permitindo sua remoção futura. Trata-se, portanto, de uma unidade térrea com estrutura preparada para a edificação segura de um segundo pavimento (Figura 5).

O PROHAB buscou reduzir custos por meio de sistemas construtivos alternativos, como estruturas autoportantes em solo-cimento. Comparativamente, esses sistemas apresentavam custos significativamente menores que o padrão convencional em concreto armado. Apesar do potencial de economia, as soluções alternativas não se consolidaram devido à dificuldade de fabricação manual dos blocos, à inadequação do solo e à dependência da microeconomia local, articulada com lojas de materiais próximas às favelas urbanizadas (SAMPAIO; FELIPE; GOMES, 1987).

O acesso a materiais e financiamento permanecia limitado, com forte dependência de parcelamentos junto a comerciantes locais. Nesse contexto, a atuação técnica concentrou-se predominantemente nos aspectos projetuais e construtivos, enquanto as questões financeiras permaneciam de responsabilidade das famílias (PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA, Processo nº 3224/1984).

Dessa forma, as práticas projetuais do PROHAB Autoconstrução configuravam o projeto arquitetônico como instrumento de mediação entre o conhecimento técnico e as práticas construtivas populares, assumindo caráter processual e continuamente ajustado às condições concretas de produção da moradia.

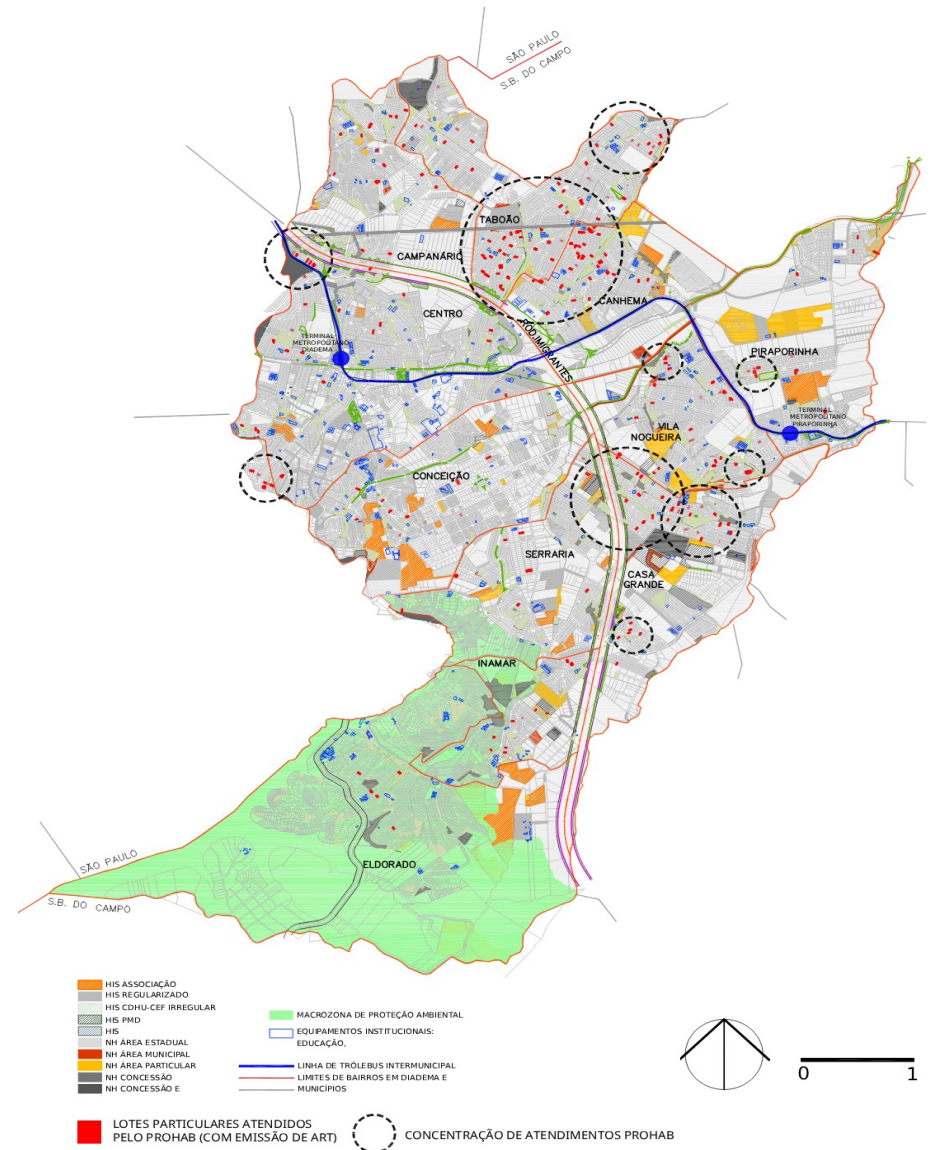
#### 4.4. Limites, tensões institucionais e responsabilidade técnica

A análise das práticas desenvolvidas no âmbito do PROHAB Autoconstrução evidencia um conjunto de limites e tensões que não se configuram como falhas pontuais, mas como expressões das dificuldades inerentes à institucionalização de uma política pública baseada na mediação entre saber técnico e práticas populares de construção.

No interior da equipe técnica, ainda que predominasse o esforço em construir uma atuação pautada no diálogo e na cooperação com os moradores, observavam-se, em alguns momentos, diferentes entendimentos quanto ao papel do projeto e à forma de atuação profissional. Essas situações, embora não generalizadas, indicam a coexistência de distintas referências de prática técnica no interior da administração pública, revelando os desafios de consolidação de abordagens participativas em contextos institucionais tradicionalmente orientados por lógicas mais hierárquicas.

No que se refere à condução das obras, a equipe buscava compatibilizar os trâmites institucionais com o andamento das construções, evitando o início de obras sem aprovação formal. Entretanto, a dinâmica da autoconstrução — marcada por urgências financeiras, disponibilidade de materiais e pressões por parte dos moradores — fazia com que, em alguns casos, as obras fossem iniciadas antes da conclusão dos processos administrativos ou sofressem alterações ao longo de sua execução. Nesses casos, a atuação técnica voltava-se à regularização posterior, por meio de ajustes e projetos substitutivos, evidenciando o esforço de mediação entre normativas urbanísticas e práticas construtivas reais.

A questão da responsabilidade técnica assumia centralidade nesse contexto. A formalização das obras por meio de Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) implicava que um mesmo profissional assumisse múltiplos projetos simultaneamente, distribuídos por diferentes áreas do município, evidenciando a ampla dispersão territorial dos atendimentos realizados pelo programa (Figura 6). Ainda que houvesse suporte de equipes e estagiários, tratava-se de uma responsabilidade significativa, uma vez que eventuais problemas construtivos ou acidentes recaíam diretamente sobre o técnico responsável. Como estratégia de acompanhamento, realizavam-se visitas frequentes às obras, inclusive em finais de semana, evidenciando o compromisso da equipe com a qualidade e a segurança das construções.



**Figura 6.** Mapa de localização dos atendimentos de Assistência Técnica Habitacional realizados pelo PROHAB Autoconstrução (1983–1988). Os lotes destacados em vermelho indicam aqueles com emissão de Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), com base no acervo do arquiteto Luiz H. Puntel de Oliveira. Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da Prefeitura Municipal de Diadema (PMD) e do acervo de ARTs.

A atuação do programa também gerou tensões no campo profissional mais amplo, especialmente em relação aos órgãos de regulação. Registros documentais indicam a existência de notificações e fiscalizações por parte do CREA, que questionavam, entre outros aspectos, o grande número de obras sob responsabilidade de um mesmo técnico, a execução de construções com alterações em relação aos projetos aprovados e, em alguns casos, o início de obras sem a devida formalização. Embora as vistorias tenham reconhecido o acompanhamento efetivo por parte da equipe técnica, tais episódios evidenciam um conflito entre os instrumentos tradicionais de controle profissional e as especificidades de uma atuação voltada à população de baixa renda.

Nesse sentido, a própria correspondência institucional do programa explicita a crítica a um modelo de fiscalização centrado na punição, pouco sensível às condições sociais em que se realizava a autoconstrução. Argumentava-se que a atuação junto à população de baixa renda demandava abordagens orientadas ao esclarecimento e à mediação, e não apenas à aplicação de sanções, apontando para a necessidade de revisão dos parâmetros de regulação profissional frente a contextos de vulnerabilidade.

Por fim, destacam-se também limitações relacionadas ao escopo da política pública. Embora o PROHAB Autoconstrução tenha atuado de forma consistente na qualificação técnica das moradias, sua incidência sobre aspectos estruturais — como o acesso ao financiamento e à aquisição de materiais — permaneceu restrita. A dependência de sistemas informais de crédito e de parcelamento junto a comerciantes locais evidencia a ausência de uma articulação mais ampla com políticas econômicas e habitacionais, condicionando o alcance das melhorias promovidas.

Dessa forma, os limites e tensões identificados revelam não apenas os desafios operacionais do programa, mas sobretudo as contradições inerentes à tentativa de institucionalizar práticas de assistência técnica em contextos marcados pela autoconstrução. Ao mesmo tempo em que o PROHAB avançava na construção de uma atuação técnica comprometida com as realidades locais, evidenciava também os limites dos marcos normativos e institucionais vigentes frente às dinâmicas sociais de produção da moradia.

#### **4.5. Desdobramentos e transformação do programa**

Verifica-se que o PROHAB Autoconstrução funcionou de modo contínuo, sobretudo para demandas em áreas regulares da cidade, até aproximadamente 1988. A partir da análise das amostras de projetos, observa-se que, já em 1987, o programa passa a ser denominado SAAC (Serviço de Apoio à Autoconstrução), indicando não apenas uma mudança de nomenclatura, mas também o início de um processo gradual de reconfiguração institucional (Figura 7).



**Figura 7.** Logotipos dos programas habitacionais em Diadema: PROCAP (década de 1970), PROHAB Autoconstrução (1983–1988) e SAAC (década de 1990), evidenciando continuidades e transformações nas políticas de assistência técnica habitacional no município. Fonte: Arquivo Geral da Prefeitura de Diadema (PMD).

Ao longo desse período, o SAAC foi progressivamente perdendo centralidade no âmbito das políticas habitacionais municipais, em função do crescente direcionamento de esforços para os projetos de urbanização de favelas. Ainda assim, o serviço permaneceu ativo até o final da terceira gestão do Partido dos Trabalhadores no município, durante a administração do prefeito José de Filippi Júnior (1993–1996), sendo, no entanto, gradualmente incorporado às ações mais amplas de urbanização de assentamentos precários.

Nesse contexto, a partir do final da década de 1980, a assistência técnica à habitação de interesse social passa a assumir um papel distinto daquele observado em sua fase inicial. Se anteriormente operava como um programa relativamente autônomo e abrangente, passou, nesse novo momento, a atuar de forma complementar às políticas de urbanização, articulando-se a outras frentes da política habitacional municipal.

Um marco relevante nesse processo foi a criação, em 1990, da Associação de Compras Comunitárias de Materiais de Construção de Diadema (ACCMCD), cuja proposta consistia na realização de compras coletivas de materiais em larga escala,

com o objetivo de reduzir custos e ampliar as possibilidades de acesso para os autoconstrutores. Entre 1989 e 1992, tanto a ACCMCD quanto o SAAC estavam vinculados à Divisão de Planejamento Habitacional, sendo que o serviço de assistência técnica passou também a atender moradores vinculados à associação, ampliando seu campo de atuação.

Essa reconfiguração institucional implicou uma mudança significativa no perfil de atuação do programa. O SAAC, que anteriormente se dedicava de forma mais sistemática aos loteamentos formais, passou a atuar também em territórios informais em processo de urbanização, inserindo-se em contextos marcados por maior complexidade fundiária, urbanística e social.

A inserção nesses territórios implicou transformações importantes nas práticas profissionais. Procedimentos formais, como a emissão de Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) e a realização de vistorias obrigatórias previstas nos processos convencionais de aprovação, tornaram-se mais difíceis de serem mantidos de forma sistemática. Nesse cenário, observa-se uma flexibilização dos instrumentos formais de controle, o que, por um lado, possibilitou um atendimento mais ágil e adaptado às condições locais, mas, por outro, resultou em uma atuação técnica mais pontual e menos abrangente.

Ainda assim, mesmo diante dessas mudanças, a presença de apoio técnico representou uma contribuição significativa para os moradores de favelas, que raramente contavam com acompanhamento profissional na elaboração de projetos ou na condução de suas obras. Nesse sentido, a atuação do programa, ainda que transformada, manteve sua relevância social, ao ampliar o acesso à orientação técnica em contextos historicamente marcados pela autoconstrução sem assistência especializada.

Mais do que uma descontinuidade, esse processo evidencia uma inflexão no papel da assistência técnica no município, que passa de um programa relativamente autônomo para uma atuação integrada a políticas mais amplas de urbanização de assentamentos precários. Tal transformação revela tanto a capacidade de adaptação institucional frente às novas demandas urbanas quanto os limites de consolidação de uma política pública contínua e estruturada de apoio à autoconstrução.

## **5. Considerações finais**

A análise do PROHAB Autoconstrução em Diadema permite reconhecer essa experiência como uma formulação pioneira de assistência técnica à habitação de interesse social no Brasil, anterior à sua consolidação normativa, mas já dotada de princípios que viriam a estruturar esse campo nas décadas seguintes. Ao articular apoio técnico, regularização e acompanhamento construtivo com base no diálogo com os moradores, o programa configurou uma prática que tensionava os modelos tradicionais de produção habitacional, fortemente marcados pela centralização decisória e pela separação entre saber técnico e saber popular.

Nesse sentido, o PROHAB não se limitou a ampliar o acesso a serviços técnicos, mas promoveu uma redefinição do papel do arquiteto e urbanista, aproximando-o de uma atuação mediadora, pedagógica e socialmente comprometida. A incorporação de referenciais baseados na educação popular e na valorização da experiência dos autoconstrutores contribuiu para a construção de processos mais horizontais, ainda que atravessados por contradições e limites institucionais. A prática cotidiana evidenciava que o diálogo, longe de eliminar conflitos, exigia negociação constante entre normas, expectativas familiares, condições materiais e responsabilidades técnicas.

Os achados também revelam que a dimensão técnica da assistência não se restringia ao projeto arquitetônico, abrangendo um conjunto mais amplo de instrumentos — como catálogos, planilhas e orientações de obra — que operavam como dispositivos de mediação entre diferentes racionalidades. Ao mesmo tempo, aspectos como o controle da área construída, a necessidade de cumprimento de exigências legais e a responsabilidade técnica pelos projetos introduziam tensões permanentes, especialmente diante da realidade dinâmica e, por vezes, precária dos canteiros de autoconstrução.

A trajetória do programa evidencia ainda os efeitos das transformações institucionais sobre sua capacidade de atuação. A partir do final da década de 1980, com sua reconfiguração como SAAC e posterior incorporação às políticas de urbanização de favelas, observa-se uma inflexão importante: a assistência técnica deixa de operar como frente estruturante e passa a assumir caráter complementar. Esse deslocamento implicou, por um lado, a ampliação de seu alcance territorial, ao adentrar

assentamentos informais, mas, por outro, contribuiu para a perda de densidade técnica, de sistematicidade nos procedimentos e de autonomia institucional.

Apesar dessas limitações, a experiência analisada demonstra que mesmo formas parciais ou adaptadas de assistência técnica podem produzir impactos relevantes, sobretudo em contextos nos quais o acesso ao conhecimento técnico é historicamente restrito. A presença — ainda que flexibilizada — de profissionais no processo de autoconstrução representou um avanço significativo em termos de segurança, orientação construtiva e possibilidade de planejamento.

Por fim, ao evidenciar tanto as potencialidades quanto as fragilidades do PROHAB, este estudo contribui para o debate contemporâneo sobre a assistência técnica no Brasil, indicando que sua efetividade depende não apenas de marcos legais, mas de condições institucionais, continuidade política e, sobretudo, da capacidade de sustentar práticas baseadas no diálogo, na escuta e no reconhecimento dos moradores como sujeitos ativos na produção do espaço. Nesse sentido, revisitar experiências como a de Diadema não apenas amplia o repertório histórico do campo, mas oferece elementos concretos para a reflexão crítica sobre os desafios atuais da implementação da assistência técnica à habitação de interesse social.

## Referências

ANGELO, Michelly Ramos de. *Louis-Joseph Lebreton e a formação do pensamento urbanístico no Brasil*. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BALTRUSIS, Nelson. As Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) em Diadema: viabilizando o acesso à terra urbana. In: CARDOSO, Adauto Lúcio (org.). *Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX*. Rio de Janeiro: ANTAC, 2007. p. 324–361.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BONDUKI, Nabil. *Os pioneiros da habitação social no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP; Edições SESC, 2014.

**Fabricia Zulin, Rafael Antonio Cunha Perrone e Luiz Hermínio Puntel de Oliveira**  
*Cooperação entre prefeitura de diadema e autoconstrutores: PROHAB autoconstrução (1983-1988)*

BURGESS, Rod. *Self-help housing advocacy: A curious form of radicalism*. In: WARD, Peter (org.). *Self-help housing: a critique*. London: Mansell, 1982.

COSTA, Berthelina Alves. Berthelina Alves, diretora do SASP, fala sobre assistência técnica. *Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas*, 10 ago. 2011. Disponível em: <https://fna.org.br/berthelina-alves-diretora-do-sasp-fala-sobre-assistencia-tecnica/> Acesso em: 20 mar. 2026.

FINGERMAN, Luis. *PROCAP: programa de casas populares*. Diadema: Prefeitura Municipal de Diadema, 1974.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Diadema (SP)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/diadema.html>. Acesso em: 18 mar. 2026.

JORNAL DO PLANALTO. Plantas populares serão gratuitas. *Jornal do Planalto*, Diadema, 25 jun. 1982.

KECK, Margaret E. *PT: a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788579820298>. Acesso em: 18 mar. 2026.

LOBO JÚNIOR, L. G. *O urbanismo progressista e a produção do espaço urbano: limites e potencialidades das AEIS em Diadema*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do ABC. Repositório institucional da Universidade Federal do ABC.

MARICATO, Ermínia. *Autoconstrução: a arquitetura possível*. São Paulo, 1982.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

## **Documentos Institucionais e legais**

CREA-SP (Estado). Ato nº 6 do CREA-SP, de 19 de setembro de 1968. São Paulo: CREA-SP, 1968.

CREA-SP (Estado). Ato nº 30 do CREA-SP, de 26 de junho de 1979. São Paulo: CREA-SP, 1979.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA. Arquivo Geral. Documentos técnicos e administrativos do PROHAB Autoconstrução (1983–1988) e materiais complementares de outros acervos da Secretaria de Habitação. Diadema.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA. Processo nº 3224/1984 – Programa de Habitação Popular Autoconstrução (PROHAB). Diadema, 1984.

OJIMA, Ricardo; MARANDOLA JR., Eduardo; PEREIRA, Rafael Henrique Moraes; SILVA, Robson Bonifácio da. O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre “cidades dormitório” no Brasil. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 385–415, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5896/4246>. Acesso em: 20 mar. 2026.

PIQUI, Leonardo Rodrigues Pitas. A “sorte” de uma principiante? Fatores que levaram a uma experiência pioneira de urbanização de favelas na cidade de Diadema. *O Social em Questão*, ano XXIX, n. 64, p. 237–262, jan./abr. 2026. <https://doi.org/10.17771/PUCRio.OSQ.74433>

SAMPAIO, Celso Aparecido; FELIPE, Joel Pereira; GOMES, Mara. *Urbanização de favelas como alternativa para a questão habitacional*. São Paulo: II Prêmio Pesquisa Mackenzie, 1987.

TURNER, John F. C. *Housing by people: towards autonomy in building environments*. London: Marion Boyars, 1976.

ZULIN, Fabrícia. *Cooperação para habitação popular: práticas construídas pela Prefeitura de Diadema (1983–1996)*. 2022. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16138/tde-16012023-163354/>. Acesso em: 18 mar. 2026.

ZULIN, Fabrícia; PERRONE, Rafael Antonio Cunha. Primeiras ações de ATHIS para habitação popular em Diadema: cooperação entre profissionais da prefeitura e população. In: *FÓRUM DE PESQUISA FAU MACKENZIE*, 10., 2022, São Paulo. Anais [...]. Disponível em: <https://proceedings.science/faumackenzie-2022/trabalhos/primeiras-acoes-de-athis-para-habitacao-popular-em-diadema-cooperacao-entre-prof?lang=pt-br>. Acesso em: 18 mar. 2026.

ZULIN, Fabrícia; PERRONE, Rafael Antonio Cunha. Primeras urbanizaciones de favelas en Diadema, São Paulo, en los años ochenta: un movimiento cooperativo para la ciudadanía. *Limaq*, Lima, n. 15, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.26439/limaq2025.n015.7319>.